

Respostas do partido LIVRE ao questionário enviado pela Associação República e Laicidade

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da vossa acção política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico?

Sim, são valores pelos quais nos regemos. Todo o nosso programa eleitoral se alicerça no aprofundamento da igualdade e da justiça social, em paralelo e de mãos dadas com a justiça ambiental. Destacamos como medidas promotoras de liberdade individual e de igualdade o aumento do salário mínimo nacional para 900€ até ao final da legislatura [1], a redução do horário de trabalho para 30 horas semanais [2], a revolução na educação com o currículo centrado em cada aluno [3], a meta de 10% de habitação pública [4] e um Serviço Nacional de Saúde de proximidade [5]. Acrescentamos ainda a defesa da liberdade de culto, da laicidade do estado e da igualdade entre confissões, através da renegociação dos direitos especiais da Igreja Católica e da construção de tanatórios que possam servir as cerimónias fúnebres tanto de quem não tem religião como de quem professa qualquer religião[6].

[1] <https://programa.partidolivre.pt/proposta/3.1>

[2] <https://programa.partidolivre.pt/proposta/3.3>

[3] <https://programa.partidolivre.pt/proposta/4.6>

[4] <https://programa.partidolivre.pt/proposta/9.1>

[5] <https://programa.partidolivre.pt/proposta/7.4>

[6] <https://programa.partidolivre.pt/proposta/19.16>

2. São favoráveis à revogação da Concordata e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

Sim. Defendemos a liberdade de culto, a laicidade do Estado e a igualdade entre confissões, e a revisão e negociação do tratado que concede à Igreja Católica direitos especiais (como isenções fiscais).

<https://programa.partidolivre.pt/proposta/19.16>

3. São favoráveis ao fim da educação religiosa na escola pública?

Sim. É uma das medidas que defendemos no programa a estas eleições legislativas: “Retirar a Disciplina de Educação Moral e Religiosa do currículo das escolas públicas, devendo a formação religiosa ser deixada ao critério das famílias e concretizada nas respetivas agregações religiosas, no respeito pelo princípio da laicidade da Escola Pública, constitucionalmente consagrado.”

<https://programa.partidolivre.pt/proposta/4.10>

4. São favoráveis a que termine a isenção fiscal excepcional de que goza a Universidade católica, e que cria condições desiguais de concorrência?

Sim, somos favoráveis ao fim da isenção fiscal da igreja católica e defendemos ao fim imediato da isenção fiscal da Universidade católica.

5. Têm alguma objecção de princípio à legalização da morte assistida?

Defendemos a legalização da morte assistida, por um fim de vida e uma morte dignos.

<https://programa.partidolivre.pt/proposta/7.6>

6. Consideram desejável que o Estado, através dos Censos nacionais, comece a recolher dados sobre a pertença «étnico-racial», e que continue a fazê-lo sobre a opção religiosa dos cidadãos usando as categorias actuais?

Sim, defendemos a recolha de dados étnico-raciais no censos de forma a conhecer a população e a atuar sobre as suas necessidades adequando as políticas públicas e adotando medidas específicas de correção de desigualdades e de combate à discriminação, segregação e invisibilização de segmentos da população.

<https://programa.partidolivre.pt/proposta/2.7>

Consideramos que a pergunta sobre a opção religiosa deveria ser reformulada de forma a ser mais clara, menos condicionante e mais abrangente. Assim deve questionar qual a posição do cidadão face à religião - e não “qual é a sua a religião”, permitindo à cabeça responder “ateu”, “crente sem religião” e sendo de seguida listadas as religiões, alargando o espectro para incluir mais religiões além das atualmente listadas, substituindo a opção “Outra não cristã”.

LIVRE, 18 de setembro de 2019